



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 108

PERFIL DE MULHER CAMPONESA NO SUDESTE DO PARÁ

Rosa Elisabeth Acevedo Marin

Belém, Outubro de 1998

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

Vice-reitor

Telma de Carvalho Lobo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Marília Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Indio Campos

Marília Emmi

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 108

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

PERFIL DE MULHER CAMPONESA NO SUDESTE DO PARÁ¹

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Resumo:

Trata-se, quando se menciona o objetivo de elaborar um perfil sociológico de um grupo social, de descrever seus contornos, de forma precisa, identificando os elementos e situações sociais compartilhadas assim como as relações sociais e políticas deste num tempo e sociedade. A dificuldade de elaborar esse perfil radica em cruzar uma apresentação e reflexão sobre as biografias, trajetórias - neste caso de mulheres com a sua “experiência de classe”. Orientamos esta apresentação de algumas histórias de vida de mulheres, buscando com os dados construídos traçar apenas alguns contornos de sua experiência.

Palavras-chave: Mulher camponesa. Sul do Pará.

¹ Agradeço os comentários esclarecedores de Gutemberg Guerra sobre o ‘perfil’ da entrevistada.

Introdução

Trata-se, quando se menciona o objetivo de elaborar um perfil sociológico de um grupo social, de descrever seus contornos, de forma precisa, identificando os elementos e situações sociais compartilhadas assim como as relações sociais e políticas deste num tempo e sociedade. A dificuldade de elaborar esse perfil radica em cruzar uma apresentação e reflexão sobre as biografias, trajetórias - neste caso de mulheres com a sua “experiência de classe”². Orientamos esta apresentação de algumas histórias de vida de mulheres, buscando com os dados construídos traçar apenas alguns contornos de sua experiência.

Em julho do ano passado, realizei entrevistas sobre os assentamentos na região de Marabá, de Curianópolis e Eldorado de Carajás³. No terreno visitei assentamentos organizados pelo MST e pelo INCRA. Dos contatos estabelecidos em Marabá o mais freqüente foi no Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade pois pretendia entender um conjunto de situações, entre elas as relações dessa organização com o MST e a forma como agiam junto aos assentados. Nessa entidade tive condições de ouvir depoimentos de mulheres, e em profundidade a de uma militante do sindicato e do Partido dos Trabalhadores, trazidos neste *paper* para empreender um discurso exploratório com vistas a definir dois ângulos da mulher camponesa no sudeste do Pará - o da prática política e o das práticas econômicas.

Quase diariamente passava algumas horas no Sindicato à espera de um ou outro membro da diretoria. Neste ir e vir encontrei uma senhora. Foi um fato novo pois encontrar mulheres freqüentando o Sindicato não constitui ocorrência cotidiana. O Tesoureiro⁴ do Sindicato apresentou-nos a Raimundinha Solyno, e durante esses dias conversamos, sem uso de gravador, registrando algumas falas, na fidelidade que permite ouvir e escrever o que está sendo narrado. Os lugares de encontro foram diversos: o Sindicato, o restaurante, o ônibus. Num desses dias ela nos acompanhou na viagem até Brejo do Meio, onde nos despedimos pois ela seguiu para sua “Fazenda Nova América”, no lugar denominado Deus Quer, situado na Serra do Encontro. Ali vive há 10 anos com o marido (“o seu velho”); dois filhos adultos moram junto com ela e cria oito netos, dos 32 que tinha conhecimento até julho de 1997. Ademais tem outra pessoa em casa que está ajudando.

² O conceito de **experiência de classe** encontra-se em E. Thompson para quem esta é “determinada pelas relações produtivas dentro das quais os homens nascem - ou entram de modo involuntário”. Temos uma discussão sobre sua formulação no trabalho de Hunt que afirma que o historiador inglês dedicou-se ao estudo das “mediações culturais e morais” ou a “maneira como se lida com essas experiências materiais... de modo cultural”. A segunda noção é a de “consciência”, como sendo - “a maneira pela qual essas experiências (de relações produtivas) são manipuladas em termos culturais: incorporadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”. (Hunt, 1992: p. 6,7)

³ Durante a execução da pesquisa Estudo Comparativo de Estratégias de Sustentabilidade em Comunidades Rurais do Pará (Brasil) e Goa (Índia) e teve financiamento da UNESCO - Programa Sul -Sul (julho 1997-outubro 1998) tivemos oportunidade de produzir os dados aqui discutidos.

⁴ Eilson Gomes da Costa, Cearense, apelidado de O Guarda.

Da maternidade tem duas tristezas. Uma filha é “louca” e desapareceu e a outra morreu em circunstâncias estranhas. Dessa morte pensa-se que foi obra de pistoleiro.

Quem é essa mulher? A biografia

Neste ponto é importante introduzir a biografia⁵ com a trajetória de vida e política de nossa entrevistada em Marabá. Algo como lembrar e parodiar a letra daquela música de Chico Buarque *Quem é essa mulher que labora, sem descanso?* Raimundinha move-se na denominada fronteira, onde é possível inserir e descrever atores, relações sociais e várias linhas e momentos de tensão e conflito. Percorremos, primeiro, a ascendência dessa mulher de fronteira: o pai de nome José Moretti era um argentino com uma história política a grandes traços falada por sua filha. Sabe que fugia, foi um perseguido político do governo de Rosas. Sua avó materna era uma índia Carajás. Também identifica o bisavô como escravo.

Acompanhou a família que veio de Goiás, de um lugar do atual Estado do Tocantins para Marabá. Ela foi migrante aos 9 anos de idade; mais ou menos na metade deste século estava chegando na Velha Marabá onde cresceu e se fez mulher.

Marabá, dos anos 50, “era só castanha. O mantimento: arroz, farinha, tudo vinha de Carolina ou Imperatriz. A cidade tinha a rua da praia, onde estavam os comércios que recebiam a castanha”. Entrou criança no mundo do castanhal e lembra “dos seis meses que ficavam na cidade, durante o inverno e os outros seis, no verão que se mudavam para a “praia”. Conhece desde esse tempo a família de “Nagib Amauri, mariscador e comerciante. Ele vendia carne e lingüiça e é o irmão de José Amaury, que não teve castanhal”. Essa lembrança também se articula nas relações da família entre os Amaury e o coronel João Anastácio de Queiroz.

De onde procedem os relatos da violência de Marabá presenciados por uma criança, por uma adolescente?. Nessa memória foi retido o caráter de alguns atores da vida social e política de Marabá, o afloramento das rivalidades entre blocos de família.. “Do João Anastácio de Queiroz⁶, dizia-se que era justiceiro, era esse carnicifero”. Raimundinha trabalhava na casa de Lorinha e convivia na cozinha com uma outra adolescente de 15 anos, de nome Rosinha. Lembra que o Lorinha batia nela. A “criada” de 15 anos havia sido roubada e estava presa na casa. “Essa menina torrava café, fritava

⁵ É importante relembrar que através da biografia de Raimundinha buscamos relações dela com seu grupo e com a sociedade. Como esclarece Pereira de Queiroz nos estudos sociológicos ou antropológicos “Não se trata de considerá-lo (o indivíduo biografado) isoladamente, nem de compreendê-lo em sua unicidade; o que se quer é captar, através de seus comportamentos, o que se passa no interior das coletividades de que participa. O indivíduo não é mais o “único”; ele agora é uma pessoa indeterminada, que nem mesmo é necessário nomear, é somente unidade dentro da coletividade. Todavia, em seus anonimato, contém o indivíduo num microcosmo as configurações que sua coletividade abarca, ao ordenar umas em relação às outras unidades, de que se compõem (sic) o grupo.” (Queiroz, 1988: p. 24)

⁶ João Anastácio de Queiroz foi Prefeito, na época do Intendente Magalhães Barata, durante 15 anos. Aparecia como proprietário de uma “gleba” que ia do Itacaiunas ao Sororo.

toucinho para fazer banha. Ela roubou e depois levou na casa de Alzira Mutran". Estava em curso uma vingança. Os Rego e Mutran, na política, eram rivais dos Queiroz. Junto com esse "roubo" falava-se de que Alzira Mutran *"iria fazer bruxaria e que o outro candidato perderia, para favorecer o Mutran"*.

A figura de Lorinha também é associada à de uma justiceira. A Raimundinha a localizou nos quadros do PSD. Acrescenta informações sobre o mundo do trabalho onde ela própria estava inserida: *"Os trabalhadores comiam na casa dela"*

D. Raimundinha conheceu o tempo da castanha e fala por experiência dos "donos de castanhais" e ainda mais, por ter tratado com os políticos locais pois *"foi criada por políticos"*. Viveu na casa de vereadores. Era na de Lorinha Rego e na sua casa se reuniam todos os políticos". Dessa casa saiu e *"terminou de ser criada pela família de João Anastácio de Queiroz"*. Sublinha esses dados para remarcar o seu conhecimento da linhagem política de Marabá onde aprendeu, por vivência, as matizes da política. Um cenário disputado e que até os anos 80 media-se pela extensão dos domínios. Afirma que os *"Queiroz tinham terras até no Burgo do Itacaiunas"*. O tempo consagrou o poder da família Mutran, que aos olhos desta mulher, e na disputa de fortuna considera relativo: *"Hoje se fala somente dos Mutran, mas eles eram nada em relação aos negócios dos Queiroz, que eram os grandes donos. Os Mutran eram donos disso que hoje é a Nova Marabá"*. A família realizou investimentos na cidade de Marabá, adquirindo lotes urbanos, comércio de materiais de construção. Enquanto exercício de poder fizeram igualmente uma guinada, de antigos donos de castanhais deslocam-se para a cidade disputando o poder na Prefeitura e elegendo Vava Mutran para esse cargo. Esta trajetória foi continuada e é seguida de perto por esta mulher⁷.

Os políticos e "donos de castanhais" estão na sua memória de infância, de adolescente e hoje, de mulher consciente dos poderes constituídos no sistema político local. Os nomes giram e estão presentes nos conflitos de ontem e de hoje. As famílias de Marabá, quer dizer os grupo com controle sobre a terra são contados a dedo, estabelecendo nexos entre eles e a violência, marca da fronteira. A família de Tiribiça - do João Almeida. Desse grupo destacou o Sr. Nelito Almeida falecido, *"era irmão de Tiribiça - Pai de João Almeida. No tempo de Sebastião Teresona, fazia parte dos que mandava matar os posseiros"*.

Práticas políticas de uma camponesa

A iniciação de Raimundinha em organizações ocorreu por volta dos anos 80 quando trabalhou no Movimento de Educação de Base e ela *"ficou na área rural"*. O seu marido também participava dos

⁷ Esse sistema político foi estudado por Emmi (1987) destacando nos anos 30/40 a figura de João Anastácio de Queiroz que ocupa o cargo de Intendente municipal. Representam os interesses de Deodoro de Mendonça. Enquanto os Mutran inserem-se nas estruturas de poder e firmam-se nos anos 50/60. José Queiroz Filho virá a

movimentos dos posseiros. Insistiu em dizer que durante a guerrilha do Araguaia foi um dos torturados pelo Exército. Dessa longa experiência, apenas fragmentada, nasce a Raimundinha camponesa, com projetos alternativos para permanecer e trabalhar na terra e igualmente, a sindicalista, dirigindo uma série de ações no lugar onde mora.

As informações do Sindicato sobre a gleba Cinzeiro (ou Projeto Cinzeiro) indicam que corresponde a uma parte das terras de José Amoury (Serra do Encontro), outra de Zeze Mutran (onde está a vila Deus Quer⁸) e a terceira, da Vila São João (área da antiga fazenda Tartaruga). Inclui ainda uma área do Castanhais Conquista e da Vila do Candido que era de José e da Alice Silau Amoury. Neste último trecho, essa terra foi ocupada em 1976, a entrada de posseiros em Vila 'Deus Quer' foi em 1983. A Raimunda ocupou um lote em 1987. O total do Cinzeiro é de 192 famílias. Muitas pessoas saíram por doenças ("*tinha muita malária na beira do Cinzeiro*") e morte, de tal forma, que na Vila São João encontram-se apenas 4% das pessoas que entraram há 15 anos atrás.

A produção da área é arroz, milho, feijão e banana. Alguns tem cabeças de gado. Na primeira fase de organização desse grupo funcionava uma Cantina criada pela cooperativa. Essa associação surge para fazer o "*grupo de arroz*" e para tornar-se sócio, cada um entregava dois sacos de arroz. Estes grupos foram formados nas experiências de comercialização de arroz promovidos pelo CAT (FATA e LASAT), a partir de 1989, e serviam de base a fundação da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins - COOCAT.

A Associação dos Pequenos e Médio Produtores Rurais da Serra do Encontro⁹ (APEMPRUSE) foi fundada em 1992. Entre os associados, 80 fizeram o financiamento para gado e cada um recebeu uma cabeça. Alguns fizeram plantios. O crédito foi no valor de R\$ 12.000,00 para ser pago até o ano 2.001. O pagamento da dívida fez com que alguns vendessem o lote, com o dinheiro recebido saldaram as dívidas e compraram um lote em outro assentamento.

Raimunda tem 30 alqueires de terra. Já abriu cinco alqueires, significa que fez a derruba, limpou e plantou capim. Mantém 25 alqueires de mata virgem, cinco alqueires são de pasto formado que está limpo e cercado. Desde 1987 vem abrindo 1/2 a 1 alqueire. Ela explica que abriram essa área só para comer pois não tem transporte, e não dá para vender a produção. Normalmente faz o alqueire e pode chegar a tirar 100 a 15 sacos de arroz. Há três anos não "*mexe com a mata*", e somente está "*fazendo para comer pois não abriu mais terra*". Tem pois três alqueires de arroz em "palhada" ou seja que somente fica a palha do arroz e do milho por três anos. Na área já aberta planta milho, feijão, fava. Plantou 3000 pés de cupuaçu e 40 pés de mogno. Essa última define como uma herança pois "*é pra ficar e ele vai dar fruto*". Também quer plantar o feijão "Andu". É um arroz que permite criar

ser Secretário do Sindicato dos donos de Castanhais e Membro da UDR nos anos de 80. Agradeço a leitura atenciosa da autora que permitiu demarcar estes quadros.

⁸ A Vila Deus Quer fica a 52 km da cidade de Marabá.

⁹ O Sindicato informou que na APEMPRUSE tem 236 famílias inscritas.

sombra e depois corta. Esta experiência agrícola é ao seu ver importante pois veio do grupo do arroz - denominado COCAT - e que evitou muita queimada.

Nesse discurso de uso e manejo do lote, compartilhado com o marido e filhos, ela não precisa exatamente qual sua contribuição e responsabilidade e se coloca de fora de atividades definidas no campo masculino. D. Raimunda respondeu sobre a sua contribuição na economia da unidade, dizendo que *“a mulher trabalha na horta, onde tem alface, couve, maxixe, quiabo e que as hortas são canteiros”*. Animada, alias, aqui anunciou seu projeto de fazer uma grande horta comunitária, que já tem antecedentes na criação de pequenos grupos que trabalham nos ‘Viveiros comunitários’.

O leque de problemas e de projetos que ela citou faz parte da agenda de uma sindicalista que reflete as perspectivas do grupo. Desta forma, tratou dos problemas de irrigação para toda a área do Cinzeiro, onde tem áreas com falta de água, o que provocou a perda do plantio de cocos da praia, coco-da-bahia nomes populares para o *Cocus nucifera*.

O problema de comercialização continua sendo o mais difícil a enfrentar pois os produtores não conseguem se ver livre dos atravessadores. *“A cantina pequena que tem lá, o pessoal não entendeu. Eles não estavam entendendo como funciona a cantina. Ela nunca morreu”*. A cantina não conseguiu ter transporte, nem capital de giro para comprar mais e vender para os inscritos. A Raimundinha concluiu: *“Falta finanças para fazer um trabalho sobre isso. Mas o Sindicato não tem transporte, não tem a cantina. O pessoal do Sindicato não tem como comprar. Alguém manda para o Sindicato um saco de arroz, de feijão”*.

Diversos estudos mostram as relações dos comerciante e usineiros com os agricultores. Os atravessadores compram o arroz por RS. 13,00 pela saca de arroz de 60 quilos, isto dependendo da região. Este chega com um caminhão e vai vender na cidade ao dono de usina¹⁰. O preço sobre para RS 25,00. O atravessador que compra na folha é o que paga o preço mais baixo, RS 5,00 ou até 7,00 reais. Estes podem pagar com “rancho” e aí o preço do óleo, do açúcar, do café aumenta e aí é *“uma exploração medonha”*. No peso do arroz encontra o produtor várias *“contas desvantajosas”* pois é “descontado a casca, a diferença do arroz já seco, a palha e a quebra do arroz”. O dono da fábrica de arroz vai ficar com o **“cuim”**¹¹ (“uma palha de arroz bem fininha que serve para alimento do porco”). Também fica com o **“Xérem”**¹² que é usado para fazer massa de arroz, depois de moido. Ainda o usineiro desconta a gasolina ou o frete, o desgaste da máquina e da palha do arroz. Essa cadeia do beneficiamento e comercialização constitui um gargalo, e D. Raimunda apontou: *“Se tivéssemos a*

¹⁰ No Sindicato tivemos notícias das grandes usinas localizadas na Nova Marabá.

¹¹ Cuim é sub-produto do processo de beneficiamento mecanizado do arroz. É uma farinha fina, utilizada na fabricação de bolos e mingaus caseiros, assim como na alimentação de animais de pequeno e médio porte (aves e suínos).

¹² O Xérem é sub-produto do processo de beneficiamento mecanizado do arroz ou do milho. São os grãos quebrados utilizados na alimentação humana como cuscus, bolos e mingaus ou na alimentação de animais de pequeno porte.

maquina, tudo caminharia bem para nós. Essa maquina de arroz que existe é particular, só para limpar dez sacas cobram RS 0,10 por quilo. O usineiro fica com esse percentual do arroz”.

Em 1987 Raimundinha abriu a primeira roça na fazenda Nova América. Vendeu muito para atravessador. Em 1994 teve muito arroz e não sabe quanto vendeu, e tudo era para fazer o rancho. De 100 sacos somente fica com 30 sacos. O resto é para comprar roupa, o ‘ranchincho”, os remédios. “Quando tem banana e vende é salvaguarda da gente”. Naquela semana, D. Raimunda havia carregado um cacho de banana para vender em Morada Nova. Negociou a venda e no outro dia, passava pelo dinheiro. Significa que ela interage no mercado, em condições de responsabilidade semelhantes aos homens.

Máquinas de beneficiamento, transporte em mãos da Associação ou do Sindicato formam as demandas desse grupo. Da mesma forma que aguardam a saída do PROCERA, e com ele conseguir o crédito. Tratar do crédito não é linguagem nova para essa mulher e suas congêneres. Apenas tem um freio quando são elas que pretendem se apresentar como beneficiárias. Falta o documento da terra, garantia do crédito.

De fato, esse retrato da mulher camponesa traça claramente sua versatilidade. Elas organizam, executam e programam sozinhas ou compartilhando com os membros do sexo masculino das famílias uma parte importante dos trabalhos nas unidades familiares. Neste sentido não são apenas auxiliares, nem a elas está reservado o espaço da casa.

Práticas políticas de uma mulher camponesa

Girando sobre essa noção de experiência identificamos, como primeira prática, a descrever sobre a mulher do campo, os pontilhados de sua participação política e traça-se um paralelo com a trajetória de Raimundinha nos anos 80 e 90. Aqui o interesse não é apenas para indagar o fato mais visível de ausência da mulher rural na política mas encontrá-la no cenário do campo paraense, nas áreas de fronteira, envolvida em situações de conflito. Os lugares dessa participação são semelhantes entre homens e mulheres - sindicato, associações, comunidades eclesiais. Certamente parece mais restrita no caso da mulher que no caso de mostrar maior ativismo, esta desenvolve-se nas associações e nas comunidades de base e se afunila no envolvimento da vida sindical ou partidária. Raimunda não começou sua experiência de participação no Sindicato. A sua ‘formação” e em especial sua prática começa em comunidade de base, que tiveram forte participação nas lutas agrárias da década de 80. Companheiros dessa etapa, vários agricultores se organizaram em oposição sindical e Raimundinha vai acompanhar na fase mais ativa de discussão sobre as estratégias para tomar de diretorias comprometidas com o poder da oligarquia, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marabá.

O Sindicato Rural no Brasil mostra forte presença masculina e Marabá não é exceção. Trata-se de uma divisão de competência entre os gêneros que mostra alguns sinais de debilitamento, entretanto as formas de participação reservam maiores espaços quase exclusivos ao homem.

Geralmente, a presidência, a vice, a secretaria e conselhos estão encabeçadas por homens, salvo casos em que alguma mulher conquista uma secretaria. O significado desta matriz de ausência e presença não é outro que o reflexo de posições e espaços públicos masculinizados.

Nossa entrevistada em Marabá depois de uma intensa participação no Sindicato, articulada ativamente para um trabalho que se prolongou por dez anos para “*tomar o sindicato dos pelegos*”, hoje ocupa o comando da Secretária das Mulheres. Essa seção junto com as Secretarias Agrícola e a de Meio Ambiente e Social formam parte do organograma mais novo do Sindicato. Esta divisão constitui uma área de trabalho onde processam-se as novas experiências para as sindicalistas, o conjunto das mulheres do campo e a própria organização. D. Raimundina adota como princípio: “*trabalhar com a mulher na consciência, no todo com o sindicalista*”.

Que questões estão orientando essa observação? Trata-se de uma situação de exclusão das mulheres das estruturas de poder e de mando do sindicato que começa pela própria identificação profissional. Na declaração de ocupação da mulher, feito em documentos cartoriais, como por exemplo na certidão de casamento ou de residência não aparece como trabalhadora na roça, lavradora. Adota-se a ocupação de serviços domésticos. Aliás este tipo de declaração tem sérias implicações nos seus direitos trabalhistas.

Podemos situar aqui práticas e atos legais que simplesmente dificultam a identificação da mulher como trabalhadora direta e, via de regra, com grandes responsabilidades pela sobrevivência de sua família. Encadeiam-se uma série de restrições a partir de uma declaração de ocupação: a concessão no seu nome da terra, a obtenção de crédito. Vejamos, alguns detalhes que não estão rigorosamente comprovados neste trabalho mas que foram objeto de observação pelas entrevistadas: qual a relação e o número de mulheres que na condição de chefes de uma unidade familiar possuem títulos de terra? Como podemos interrogar sobre esses dados e situações concretas que podem estar mascarando o papel da mulher e, no plano do direito rerepresentar as necessidades de um reconhecimento legal *tour de force*. Parece que as notificações em matérias deste tipo - registro, certidões - são elaboradas para aplicar à propriedade um princípio de neutralidade. A propriedade não é masculina, nem feminina mas, sem dúvida o proprietário tem uma identificação de gênero que funciona, nestes casos, como uma distinção com sinais de marginalização ou de dominância.

Para os cinco municípios do sudeste do Pará o Cadastro de Imóveis Rurais (INCRA/ ano 1995) relaciona um pequeno número deles declarado em nome de mulheres, correspondendo a 317 imóveis, do total de 3211, o que representa menos de 10% . Nesse relatório apenas três declarações referem-se a empresas e a maioria dos declarantes são do sexo masculino. Este dado permite estabelecer relações interessantes sobre os mecanismos que permitem ou restringem o acesso de mulheres à terra e especialmente em que condições este acesso foi ou está sendo possibilitado.

Quando encontramos o grupo feminino reduzido no relativo a essa posição legal podemos inferir que várias regras de propriedade, formando um sistema de princípios diferentes mais

combinados estão vigorando. A forma de apropriação e uso do território refletem no campo brasileiro uma estrutura de parentesco e suas regras. A unidade básica protegida pelo instrumento legal, seja a Constituição de 1988 seja o Estatuto da Terra é a família, e este princípio está explicitamente declarado nos programas de distribuição da terra. Existe pois como elemento de um sistema de classificação anterior a decisão de atribuir a terra. A chefia da família no meio rural é reconhecida tradicionalmente aos homens, fato reforçado ideologicamente na sociedade mesmo que esta posição hierárquica não corresponda integralmente com as mudanças de papéis de mulheres e homens e nem as formas das relações sociais. Este modelo representa a família monogâmica, estável quando sabe-se que nas áreas de fronteira este quadro é diferente, pelas situações de formação de novas uniões, de ausência da figura masculina por mobilidade para o trabalho assalariado nas fazendas ou no garimpo, por morte¹³ e por situações em que famílias chefiadas por mulheres (as denominadas “famílias de mulheres” na literatura antropológica) pleiteiam o reconhecimento de direitos.

Mas o reconhecimento do direito a terra reflete uma distribuição desigual entre homens e mulheres, observada igualmente entre tamanhos de propriedade e grupos sociais. Desta forma tornam-se transparente as relações de dominação entre os sexos e entre grupos sociais existentes no campo paraense. Vejamos a distribuição por tamanho da terra.

	Marabá	Curionópolis	Parauapebas	ElDorado de Carajás	Água Azul	Total
Minifúndio	51	2	138	7	16	214
Pequena Propriedade	25	5	29	2	7	68
Media Propriedade	8	1	4	1	2	16
Grande Propriedade	4	-	8	-	1	13
Não Classificado	4	-	2	-	1	6
Total	91	8	181	10	27	317

O levantamento de dados dos Cadastros de Imóveis Rurais¹⁴ dos municípios de Marabá, Curionópolis, ElDorado do Carajás, Parauapebas, Água Azul do Norte identificam 3.211 propriedades e destas somente 317 estão cadastrados em nome de mulheres, isto representa menos de 10%. Desse numero, 224 eram classificados como minifúndios, 68 pequenas fazendas, 16 fazendas médias, 13 fazendas grandes. O total de grandes propriedades é de 171, e destas 13 foram declaradas em nome de

¹³ No campo maranhense e no Pará, o movimento social das Viúvas de Camponeses é interessante por mostrar alteração das situações concebidas estaticamente. Elas se organizam reivindicando direitos humanos, a exemplo de acompanhamento dos processos jurídicos sobre as vítimas e direitos sociais como indenizações, pensões, reconhecimento da terra em seu nome.

¹⁴ Os Cadastros de Imóveis Rurais foram consultados no INCRA de Marabá.

mulheres e seis não especificadas. Temos que, no conjunto, os minifúndios formam o grupo mais importante na categoria dos imóveis - 214, estes correspondem a áreas que estão abaixo de 70 há. O total de declarações de imóveis enquadrados como minifúndios foi de 2.003 e destes 214 em nome de declarantes femininos. Essa distribuição reflete regras sociais provenientes de estruturas tradicionais onde os homens são tradicionalmente reconhecidos como cabeças de família. Esse modelo nem sempre corresponde as mudanças de papéis de mulheres e homens na estrutura social. A fluidez na formação de alianças, a migração masculina e unidades familiares não exclusivamente monogâmicas não se correspondem com uma chefia de homens. Em alguns casos as chefias femininas são reconhecidas por veredicto judicial.

Em 1981, quando conheci o assentamento Ariquemes, em Rondônia ouvimos de mulheres, algumas delas viúvas, que o INCRA não concedia facilmente terras. Dona Valda, uma viúva com seis filhos menores revoltava-se por não ter tido acesso à terra. Certamente, foi uma lacuna da pesquisa o não ter indagado aos técnicos do INCRA os motivos para tal arbítrio.

Em Marabá coletamos informações sobre a situação de viúvas nas áreas, esta é bastante freqüente e hoje contam-se algumas viúvas que tem a terra. Surge uma pergunta como este grupo de mulheres envolvidas em situação de conflito de terra experimenta a violência e de que recursos elas dispõem para lhe fazer frente? A entrevistada comentava que em áreas em conflito os fazendeiros e capangas perseguem os homens e quando *“as mulheres são sozinhas a perseguição é grande”*. Concretamente, estava introduzindo três histórias de vida. A primeira, o drama de Maria do Índio que vive no assentamento Cinzeiro. *“Mataram o Índio, seu marido, foram pistoleiros mandados por Marlon. Ela ficou na terra. Ela trabalha broca, derruba e planta. Tinha somente uma filha. Depois ela vendeu a terra, vendeu o lote, depois vendeu e andava empregada”*. Maria do Índio teve medo e se “desencantou”, pois era muito difícil continuar trabalhando na terra. De alguma forma, não se libertou do espectro da violência vivida e desistiu do lote. A segunda é a história de Lucia: *“ela não tem marido, trabalha com um filho, o outro é doente. Ela tem três alqueires e vive na Conquista, que é continuação do Cinzero. Ali brigou com o Marlon que não queria que ela entrasse na sobra de terra”*. A terceira, é a *“Morena, ela também é viúva e tem dificuldade pra ficar na terra”*.

Uma etnografia dos conflitos sugere que as pressões psicológicas e o medo tem um alvo certo nas mulheres. Não raro, fazendeiros e capangas escolhem as esposas e as mães para deixar recados, fazer ameaças e mostrar força diante os homens. Com isto esperam poder alcançar o objetivo principal: a saída da terra de trabalhadores perseguidos e já sabidamente amedrontados.

Que força intervém para proteger as mulheres em situação de perseguição? No campo institucional, os conflitos escapam praticamente a qualquer controle. As mulheres podem buscar a polícia mas dificilmente mostram confiança na sua ação. O que se organiza como proteção depende da articulação do grupo e de entidades de apoio e defesa: o sindicato, a associação e algumas ONGs. A coragem revelada por algumas mulheres vitimas da violência patenteia também o vazio de qualquer

força organizada pelo Estado com condições de controlar, dar proteção e mediar, se for o caso, na negociação de respeito à vida e dignidade dos mais fracos envolvidos nos conflitos.

As experiências de organização para as ocupações de terra relatadas também ajudam a perceber uma posição ativa das mulheres. Elas são protagonistas da luta pela reforma agrária, pelo fim da impunidade e contra a violência.

Esse ângulo nos leva a refletir as interações entre a mulher do campo e as instituições públicas e o porque toma conta a intransigência nos relacionamentos? Dificilmente, o diálogo das instituições que se orientam a um trabalho no campo sublinham a presença da mulher. Assim, os técnicos da SAGRI, EMATER, etc. terão um comportamento orientado a identificar o trabalhador e não a trabalhadora, pois ela não existe no universo de classificações dos técnicos.

As agências bancárias podem acumular outras razões formais, mas em princípio o crédito é atribuído ao trabalhador rural identificado profissionalmente. De tal forma, que para os pesquisadores na área da Sociologia Rural ou dos Processos Agrários este tipo de relações é pouco explorada e temos poucas evidências fatuais para saber porque menos mulheres tem crédito. Apesar de se tratar de realidades demográficas, mais homens do que mulheres chefiando unidades camponesas este dado não é totalmente convincente. Esta orientação nos levaria a insistir em direitos e equidade no tratamento da mulher e do homem trabalhador na roça a partir de situações e relações sociais concretas - como a de estar inserida em relações assalariadas, ou, na maior parte dos casos na Amazônia responder como responsável de uma unidade familiar camponesa.

Em 1994, o Sindicato de Trabalhadores Rurais apresentou uma reivindicação diante do INSS pela aposentadoria das mulheres camponesas. O problema tinha início com a declaração que consta da Certidão de Casamento, um dos documentos para introduzir essa solicitação. Na maioria dos casos, as mulheres declararam ou foram identificadas como doméstica e não como agricultora. Argumentava Raimunda: *“A mulher trabalha na roça e quando sai no cartório é doméstica. Não podia ser lavradora. Somente tem o direito quem tem declaração no documento”*. Em 1996 conseguiram poder introduzir junto ao INSS o pedido de aposentadoria com uma declaração do Sindicato. Raimunda foi um dos membros do Sindicato a empreender esse tipo de ação reivindicativa.

Outro aspecto vinculado a inserção da mulher do campo em universos de poder reservados aos representantes do sexo masculino confere-se pela participação em esferas políticas da administração local. Se nas cidades é pequeno o número de mulheres vereadoras, entre esse grupo, aquelas que tem origem rural ou vivem nos assentamentos chega a ser insignificante.

Raimundinha foi candidata a vereadora no ano 1996 pelo Partido dos Trabalhadores. A decisão teve um custo pessoal elevado. O Sindicato não deu apoio pois opinava que a sua candidatura somente foi lançada para ajudar a Bernardete Tencaten¹⁵. Mas, na sua opinião o desentendimento foi a

¹⁵ Bernardete Tencaten, Vereadora eleita pelo Partido dos Trabalhadores, é Professora de 2º Grau e foi Secretária de Educação do Município e ainda Diretora da Fazendinha.

filiação ao P.T. que não coincidia com as opções dos outros membros do Sindicato. A campanha custou muito, conforme falou “*Gastou 100 reais e quase perdeu o marido. Perdeu as galinhas, e eram cinquenta, e um porco pois todos comeram as galinhas, os pintos e o porco*”.

Raimundinha candidatou-se para ajudar o partido. Obteve uma votação de 77 votos. Esse resultado é contestável pois na sua opinião teve muita urna impugnada onde ela contava com votos. Em Abel Figueiredo foram 33 votos, outra no Brejo do Meio (10 votos) e no bairro da Liberdade de 15 a 20 votos. O lema de sua campanha realizava a identificação de sua vivência “*Raimundinha: mulher de luta: campo e cidade*”.

Entre outras contribuições desta mulher ao seu grupo, esta o repasse do seu saber prático sobre medicina. Ela “*aprendeu a fazer remédio, medicina caseira, para fígado, sangue, anemia, derrame cerebral...*” e no assentamento em que vive ajuda aos que a solicitam em matéria de saúde. Os projetos apresentados junto ao Sindicato atingem uma dimensão onde de fato se recorta uma visão das situações sociais, econômicas, políticas e jurídicas que diferenciam os gêneros no mundo rural.

Conclusão

A construção desse contorno da mulher camponesa procede de uma elaboração preliminar. O lapidar foi feito sobre o entendimento de direitos. Apenas alguns deles começam a se conjugar no feminino: direito à declaração consistente da ocupação de agricultora e ao seu registro em carteira de trabalho, certificados de casamento e outros documentos que dêem reconhecimento legal as mulheres; direito e estímulos para o registro de terras por chefias mulheres, direito à aposentadoria, direito a participação política e representação plena em sindicatos, associações e movimentos. Trata-se em todo caso de passagem do direito formal, reconhecido para práticas onde se revele a igualdade de oportunidades para as mulheres.

Por experiências sociais específicas das mulheres camponesas do sudeste do Pará, aqui insistindo sobre os conflitos pela terra e a violência, por exemplo, elas tem aprofundado e renovado os campos de atuação política e econômica. Articulam nos seus discursos as relações de exploração e de opressão nos espaços produtivos, como também socializam as práticas quotidianas de organização, de resistência e solidariedade.

A leitura da biografia de Raimunda Solyno mostra, ao lado de formas mais ou menos veladas de discriminação no interior da organização sindical, uma positiva conquista de espaços na medida em que a estrutura sindical passa por uma atualização dos seus programas de atividade, e com isto insere plataformas de lutas das sindicalistas e das camponesas.

A construção de novas relações de gênero passa por desmontar as diversas estruturas organizativas, jurídico-políticas e ideológicas que no campo e na cidade freiam a evolução da mulher.

Referencias

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth e GUERRA, Gutemberg (1994) *Trabalhadores rurais: a cidadania via Seguridade Social*. Belém, Paper do NAEA, nº 28.

EMMI Marília Ferreira, ACEVEDO, Rosa (1997) De posseiros a assentados. In. COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, R. (org.) *Dez anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém.

EMMI, Marília Ferreira (1987) *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. Belém: NAEA/CFCH/UFPA.

HUNT, Lynn (1995) *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1988). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In SIMGON, Olga de M. Von. *Experimentos com História de Vida*. Itália-Brasil, São Paulo, Vértice.

THOMPSON, Eduardo. *A formação da classe operária na Inglaterra*. São Paulo.